



O que aconteceu na 28ª reunião da ONUSIDA no seu Conselho de Coordenação dos Programas (PCB), em Genebra, Suíça, 21-23 de junho de 2011?

Antes do habitual momento de silêncio que abre cada reunião, George Ayala (Delegado Suplente das ONGs norte-americanas) falou em memória do amigo e antigo delegado, Robert Carr.

O foco principal desta reunião do conselho foi o Quadro do Orçamento Unificado, Resultados e Prestação de Contas (UBRAF), que foi aprovado pelo conselho. O UBRAF é o novo orçamento da ONUSIDA, que visa incluir uma estrutura simplificada de prestação de contas e de monitorização, demonstrando a forma como o Secretariado e os Co-patrocinadores executam a estratégia prevista da ONUSIDA aos níveis global, regional e nacional. O UBRAF será o ponto onde se monitorizam todas as áreas de trabalho, por isso é muito importante que seja transparente e completo, e que os indicadores sejam adequados para a medição de resultados. A sociedade civil vai necessitar de procurar oportunidades de participação na revisão dos indicadores e no desenvolvimento de planos de trabalho para finalizar o UBRF nos próximos seis meses.

No desenvolvimento do UBRAF, um dos objetivos da Delegação das ONGs foi garantir que as verbas para a sociedade civil pudessem ser mostradas com maior clareza. A defesa da Delegação na subcomissão do orçamento, e depois nas reuniões com os Co-patrocinadores e o Diretor Executivo, levou a um ponto de decisão nesta reunião do conselho para tornar o financiamento à sociedade civil mais explícito. Isto significa que o Secretariado e as agências Co-patrocinadoras da ONU já irão mostrar que dinheiro é que se destina à sociedade civil; este é um passo importante no reconhecimento da sociedade civil como parceiros ao mesmo nível em termos de resposta ao VIH. Agora, a Delegação das ONGs e a sociedade civil vão fazer um acompanhamento ao trabalhar com a ONUSIDA na tentativa de desenvolver um padrão mínimo para o envolvimento da sociedade civil.

Porém, não foi desenvolvida uma forma consistente e mensurável de trabalho com a sociedade civil, transversal a todos os Co-patrocinadores e ao Secretariado, apesar da recomendação em 2009 por parte da Segunda Avaliação Independente da ONUSIDA e do reconhecimento da parceria com a sociedade civil na Estratégia da ONUSIDA. A Delegação das ONGs levantou esta questão em todas as pré-reuniões com os membros do conselho e durante a reunião do conselho, solicitando que se completasse este trabalho importante. Em resultado disso, já existe um acordo para o fazer até à reunião do conselho de Dezembro de 2011.

Esta reunião seguiu-se à Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre VIH/SIDA na sua Sessão Especial da Assembleia Geral (HLM), realizada em Nova Iorque, em que os diversos Estados-Membros insistiram na inclusão de um parágrafo respeitante à soberania do estado e a relatividade cultural no documento dos resultados. Na reunião do conselho da ONUSIDA,

o Egípto tentou desenvolver esta questão e fez pressão para que tal fosse reconhecido na UBRAF. Isto significaria o enfraquecimento da Estratégia da ONUSIDA e do UBRAF, ao passo que os Estados-Membros poderiam invocar a desculpa da soberania do estado de forma a não se dedicarem às populações que eles não reconhecem, tais como os homens que têm sexo com homens, pessoas que usam drogas e trabalhadores do sexo. A referência ao documento de resultados políticos da HLM teve a concordância de todos os membros do conselho, mas o Egípto encontrou forte oposição para que conseguisse torná-lo numa referência importante e, a certa altura, deixou de insistir. A dinâmica política importante aqui foi o modo como alguns Estados-Membros Africanos, que no início partilhavam todas da mesma posição do Egípto, se separaram deste e assumiram a sua própria liderança.

Relatório do Diretor Executivo

O Diretor Executivo, Michel Sidibé, apresentou o seu relatório anual, denominado "Um Momento de Mudança do Jogo", no qual falou sobre onde nós estamos após a HLM na resposta ao VIH/SIDA.

A Delegação das ONGs exprimiu as suas preocupações relativamente a algumas das limitações do documento de resultados acordados na HLM. Também notaram avanços:

- Na forma como se referiram às populações-chave - homens que têm sexo com homens, trabalhadores do sexo e pessoas que injetam drogas
- Na forma como se referiram às populações vulneráveis, tais como migrantes e reclusos
- No reconhecimento dos direitos humanos como um componente central da resposta global ao VIH
- No reconhecimento da necessidade de contestar o estigma e a discriminação, de maneira a combater o VIH
- Na fixação de um objetivo claro de 15 milhões em tratamento ARV até 2015
- No aval explícito da redução de danos e do objetivo global para reduzir a transmissão do VIH entre utilizadores de drogas injetáveis em cerca de 50% até 2015

A Delegação das ONGs pediu explicações relativamente aos relatórios sobre o VIH no futuro. Embora seja claro que os relatórios sobre o VIH vão continuar a ser anuais, os relatórios globais vão estar ligados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). A Delegação não teve qualquer feedback claro, no que se refere ao que acontece depois de 2015 e se existirão revisões globais específicas para o VIH. Esta é uma área da representação (advocacy) para todos nós nos próximos meses.

O Diretor Executivo manifestou o seu apoio à apropriação pelo país, mas a Delegação das ONGs incentivou o compromisso mais sólido para ir em busca de financiamento para o VIH no que o Banco Mundial classifica de "países de baixo e médio rendimentos". Enquanto Sidibé falou do alargamento da prevenção e dos novos investimentos a serem feitos nesta área, a Delegação das ONGs pediu mais informações sobre a Comissão de Prevenção.

A Delegação das ONGs recebeu com agrado as observações sobre um envolvimento cada vez maior das mulheres seropositivas para o VIH e a pressão para investir nas mulheres enquanto agentes de mudança. De igual modo, a Delegação realçou o reconhecimento da Resolução do Conselho dos Direitos Humanos sobre Orientação Sexual & Identidade de

Género. E, tal como explicado acima, a Delegação congratulou-se em especial com a apelo do Diretor Executivo para a criação de "linhas orçamentais para utilização no financiamento à sociedade civil com indicadores para avaliar os progressos" no UBRAF.

Leia a [intervenção](#) do conselho da Delegação sobre o relatório.

Relatório das Organizações Co-patrocinadoras

A Delegação das ONGs congratulou-se com o novo formato de apresentação dos relatórios que mostra em maior detalhe os gastos e os relatórios das organizações individuais, embora os relatórios permaneçam vagos em áreas de apoio à sociedade civil. Em resposta à reunião com os Co-patrocinadores, antes da reunião do conselho (PCB), a Delegação fez referência à importância de uma estratégia de parceria e de padrões mínimos de envolvimento.

Leia o relatório de [intervenção](#) da Delegação aos Co-patrocinadores.

Seguimento da sessão temática: Segurança Alimentar e Nutricional e VIH: como garantir que as seguranças alimentar e nutricional são partes integrantes dos programas para o VIH

A Delegação das ONGs participou no trabalho de grupo para desenvolver atividades e pontos de decisão no seguimento da sessão temática de dezembro passado. A sociedade civil desenvolveu um ponto de decisão para mandar a ONUSIDA para o trabalho sobre a resolução das causas subjacentes da vulnerabilidade, integrando o seu trabalho ainda mais em torno dos direitos humanos, comida e programas para o VIH, inseridos em esquemas de proteção social. A Delegação continua preocupada com todas as atividades de seguimento recomendadas, que podem ser suportadas financeiramente e monitorizadas como sendo parte do processo do novo UBRAF. O Programa Alimentar Mundial vai liderar a maior parte do trabalho relacionado com a nutrição, mas terá de trabalhar com o Banco Mundial, a UNICEF e a sociedade civil para realizar trabalhos num contexto de proteção social.

Leia a [intervenção](#) da Delegação sobre a sessão temática.

Sensibilidade do género às respostas do VIH/SIDA

Um segundo relatório de resposta foi entregue ao conselho na implementação da Agenda de Ação Acelerada Nacional para Mulheres, Meninas, Igualdade do Género e VIH. Este relatório teve como base o feedback de 81 países participantes em torno de uma tabela de desempenho para a agenda. Mostrou claramente uma falta de implementação integral da agenda devido ao financiamento, bem como uma falta de participação das mulheres seropositivas para o VIH em planeamento a nível nacional e tomadas de decisão, e dados inadequados e financiamento nacional.

Enquanto a monitorização estiver ligada ao UBRAF, o conselho concordou que uma revisão separada intercalar da Agenda vai ser necessária em 2012. Tendo em conta que a Agenda nunca foi integralmente financiada e que as verbas estão a terminar, foi referido de forma repetida pelos Estados-Membros aos governos e aos doadores que as mulheres e as meninas são uma área prioritária e que necessitamos de um maior investimento nas mulheres e nas meninas, incluindo as mulheres seropositivas para o VIH, de modo a garantir que a Agenda para as atividades com as Mulheres e Meninas são implementadas na sua totalidade.

Leia a [intervenção](#) da Delegação sobre o relatório da sensibilidade do género

Mecanismos de apoio para os Estados-Membros Africanos

Durante os últimos dois anos, tem havido pressão por parte dos Estados-Membros Africanos. A proposta original era a de dar apoio ao grupo com uma posição a tempo inteiro na ONUSIDA, em Genebra. Este conselho mais recente concordou que os já presentes Conselheiros de Apoio Regional da ONUSIDA (RSAs - existem três para a África) dessem mais apoio. A Delegação das ONGs realçou que as preocupações do grupo de África em torno da documentação e da tradução atempada refletem as suas próprias preocupações e concordaram que o grupo necessita de mais apoio. A Delegação das ONGs ficou desiludida com a redução do apoio potencial de uma pessoa dedicada às RSAs por motivos financeiros e vai ter de trabalhar para apoiar o grupo de África, conforme as necessidades. A sociedade civil tem todo o interesse em ter Estados-Membros Africanos fortes, dado que a forma consensual de trabalho permite aos estados-membros mais conservadores terem mais influência, uma vez que estão mais bem preparados.

Leia a [intervenção](#) da Delegação sobre os mecanismos de apoio Africanos.

UBRAF (1, 2)

O UBRAF foi aprovado, mas o conselho concordou que é necessário mais trabalho para simplificar a ferramenta e para reforçar os indicadores nos quadros de resultados e prestação de contas. Assim, o conselho solicitou um processo de consulta para resolver estas fragilidades. O Secretariado proporá uma forma de fazer isto durante os próximos 6 meses e a sociedade civil será incluída.

Neste item da agenda, a Delegação das ONGs fez um avanço e o conselho aprovou um ponto de decisão para garantir que os relatórios sobre os recursos para a sociedade civil sejam mais transparentes.

Leia as intervenções dos Delegados da [Ásia-Pacífico](#), [América do Norte](#), [Europa](#) e [África](#).

O próximo PCB será realizado em Genebra, entre 13 e 15 de dezembro, onde a Delegação das ONGs apresentará o seu relatório anual e a sessão temática irá debater o VIH e o direito.

O conselho acordou que a **sessão temática do 30º PCB** vai ser "Prevenção combinada: Abordagem da necessidade urgente de revigorar as respostas da prevenção do VIH a nível mundial através do aumento e realização de sinergias para parar e iniciar a reversão da propagação da epidemia da SIDA (5 a 7 de junho de 2012).

Almoços de trabalho durante o PCB

Os co-presidentes do **Grupo Internacional de Assessoria (IAG)** sobre o Acesso Universal à Prevenção, Tratamento, Cuidados e Apoio do VIH organizaram um almoço de trabalho para explicar o IAG e o seu valor no futuro. Um dos delegados das ONGs para o PCB falou sobre como a sociedade civil usou a declaração de consenso do IAG nos preparativos para a HLM, mas realçou que o grupo foi formado muito próximo à HLM para que tivesse um grande impacto. Porém, o grupo poderia ser um recurso valioso na monitorização adicional dos progressos em direção ao acesso universal, focando-se na distribuição e prestação de contas.

Num dos almoços de trabalho foram abordados a **Reunião de Alto Nível** e os seus resultados. Um dos Delegados das ONGs falou dos desafios que ainda existem: a relutância por parte de alguns países à linguagem tendo por base os direitos e também à falta de definição de mecanismos de monitorização. Uma declaração da sociedade civil da América Latina e das Caraíbas apelou claramente a uma revisão intercalar dos progressos em 2013 e a uma avaliação na reunião de alto nível em 2016.

A Organização Mundial de Saúde realizou um evento paralelo para lançar pela primeira vez **linhas de orientação sobre a prevenção e o tratamento do VIH e outras doenças sexualmente transmissíveis para os homens que têm sexo com homens (HSH) e pessoas transgéneros**. Desenvolveu em consulta com os intervenientes fundamentais e a sociedade civil em todo o mundo as linhas de orientação para avaliar a eficácia das intervenções disponíveis e dar ênfase à importância de uma abordagem dos direitos humanos para os cuidados de saúde destas populações.

A ONUSIDA e o UNDOC organizaram um almoço de trabalho sobre **“Mulheres que injetam droga: Uma revisão dos seus riscos, experiências e necessidades”**. O painel debateu o trabalho com utilizadoras de drogas no Sul da Ásia e mostrou boas práticas de serviços de prevenção, tratamento e cuidados para as utilizadoras de drogas (incluindo as envolvidas em trabalho do sexo e as parceiras de utilizadores de drogas) na comunidade e nas prisões, as quais podem ser replicadas noutros países.

Lembrete: O que é o PCB, mais uma vez?

O Conselho de Coordenação dos Programas (PCB) é o organismo administrativo da ONUSIDA. É constituído por 22 Estados-membros com direito a voto, 10 Co-patrocinadores da ONU que constituem o programa da ONUSIDA, e por uma Delegação das ONGs (constituída por um delegado e um suplente de cada um dos 5 continentes). Por favor, visite o nosso site em www.unaidspcbngo.org para ver todas as apresentações, [pontos de decisão](#) e pontos de discussão.

AGRADECIMENTOS aos Observadores da sociedade civil
que apoiaram a Delegação das ONGs!